

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIIESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 57 – outubro de 2026

O BRASIL DIANTE DO PERIGO REAL E IMEDIATO DA DESCONSTRUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Apresentação

O resultado parcial das eleições gerais de 2026 indica uma mudança na correlação de forças políticas no Brasil, com o fortalecimento de setores cujas propostas podem ameaçar direitos trabalhistas, sociais e democráticos assegurados pela Constituição Federal de 1988. Isso ocorre em um cenário de avanços no emprego, nos salários e na jornada de trabalho, ampliando as disputas em torno da preservação e da ampliação das conquistas da classe trabalhadora.



Imagem: Magnific

Às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais, a aprovação da redução de jornada semanal de trabalho para 40 horas e fim da escala 6x1, impulsionada por diversas mobilizações, representa uma conquista histórica. Essa mudança ocorre 38 anos após a promulgação da Constituição, que reduziu a jornada de 48 para 44 horas semanais, em um contexto no qual a nova composição do Congresso Nacional, especialmente do Senado Federal, é mais desfavorável aos interesses da classe trabalhadora.

O movimento sindical teve papel decisivo na conquista de direitos trabalhistas, sociais e ambientais inscritos na Constituição, resultado de um processo de intensas mobilizações, inclusive com a retomada das greves no final da década de 1970, o fortalecimento dos movimentos sociais no campo e nas cidades e da campanha pelas Diretas Já. A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, expressou parte das conquistas desse período de redemocratização.

Desde então, o mundo do trabalho passou por profundas transformações, marcadas pela reestruturação produtiva nos anos 1990, pela expansão da terceirização e pela flexibilização das relações de trabalho. Nesse processo, a Reforma Trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467) representou um marco ao diversificar as possibilidades de flexibilização das jornadas e das formas de contratação, incluindo o trabalho intermitente. Mais recentemente, a ampliação do trabalho por meio de plataformas digitais aprofundou as mudanças nas formas de organização, contratação e gestão do trabalho. Paralelamente, sucessivas reformas constitucionais e mudanças na legislação restringiram a capacidade de investimento e de atuação do Estado como indutor do desenvolvimento econômico e social, impondo limites ao orçamento público e aumentando a participação do setor privado na oferta de serviços essenciais, como saúde, educação e previdência.

Essas mudanças ocorreram em um cenário internacional adverso. Desde a crise financeira de 2007-2008, a economia mundial enfrenta dificuldades para sustentar um ciclo estável de crescimento, em meio ao acirramento das disputas comerciais, tecnológicas e geopolíticas. O avanço da financeirização, a expansão das plataformas digitais, o desenvolvimento da inteligência artificial, a transição energética e a crescente disputa por minerais estratégicos expressam, em graus diferentes, a busca por novos espaços de acumulação de capital e pelo controle de recursos, mercados e tecnologias estratégicas.

No Brasil, a melhora recente dos indicadores do mercado de trabalho, a recuperação dos resultados das negociações coletivas e a ampliação de direitos convivem com a persistência da precarização e em um cenário político de crescentes ameaças aos direitos e às conquistas sociais. Os dados sobre greves, por exemplo, mostram que, apesar dos avanços salariais, parcela importante das mobilizações continua voltada à defesa de direitos já assegurados e ao enfrentamento de condições precárias de trabalho.

Este Boletim procura analisar as contradições de uma conjuntura em que os trabalhadores conquistam avanços no nível de emprego, na remuneração e na redução da jornada de trabalho, ao mesmo tempo em que se fortalece uma correlação de forças políticas capaz de ameaçar direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados. Para contribuir com essa reflexão, são analisadas as transformações da ordem internacional, os resultados das eleições e os possíveis efeitos sobre os direitos constitucionais, além da evolução das greves e das negociações coletivas entre 2019 e 2025.

A reconfiguração da ordem mundial e os impactos sobre o Brasil

As eleições brasileiras de 2026 ocorrem em um cenário internacional marcado pelo fortalecimento da extrema direita, pela intensificação dos conflitos militares e pela disputa entre Estados Unidos e China pelo controle de mercados, tecnologias e recursos estratégicos.

Na América do Sul, forças de extrema direita conquistaram vitórias eleitorais em diferentes países nos últimos anos, incluindo Equador, Chile, Peru, Bolívia e Argentina. Apesar das particularidades nacionais, esses governos têm características comuns, como a defesa de políticas de austeridade fiscal, o endurecimento das políticas de segurança pública e a aproximação política com o governo Trump, em diferentes graus. Em diversos países, as disputas eleitorais se deram em contextos de forte polarização política, com resultados definidos por margens estreitas de votos.

É sabido que a América do Sul se tornou alvo da nova orientação de política externa adotada pelo governo americano¹, no âmbito da disputa entre EUA e China, que é a face mais aparente de ampla transformação nas bases econômicas, políticas e militares que sustentaram a ordem mundial nas últimas décadas.

Os EUA mantêm uma posição de liderança militar, financeira, tecnológica e institucional no cenário internacional. Entretanto, enfrentam dificuldades crescentes para transformar essa superioridade em capacidade de organizar o sistema internacional de maneira estável e alinhada aos próprios interesses. O cenário combina, portanto, a permanência da hegemonia estadunidense com erosão relativa de alguns dos mecanismos que historicamente a sustentaram e o crescimento de forças econômicas e políticas capazes de contestar partes dessa ordem.

É nesse ponto que a reflexão do economista egípcio Samir Amin² sobre os monopólios das economias centrais continua oferecendo uma chave importante de interpretação. Para Amin, uma defesa corrente era de que a industrialização dos países periféricos poderia mudar a relação entre centro e periferia, no entanto, mesmo com a industrialização ocorrida na periferia, a polarização não desapareceu, pois as vantagens dos países centrais passaram a se reproduzir pelo controle de dimensões estratégicas da economia mundial.

Entre as dimensões, pode ser citado o campo tecnológico, em que a disputa envolve semicondutores, inteligência artificial, patentes, plataformas digitais e

¹ Cabe lembrar do presidente em exercício da Venezuela, Nicolás Maduro, que foi sequestrado nos primeiros dias de janeiro deste ano e segue preso, juntamente com a esposa, a deputada Cília Flores, em Nova Iorque. Além disso, os EUA intensificaram o bloqueio comercial e marítimo a Cuba para asfixiar a população da ilha.

² Para saber mais ver: AMIN, Samir. *Os desafios da mundialização*. Tradução Ivo Storniolo. Aparecida (SP): Ideias & Letras, 2006.

infraestrutura de telecomunicações. No sistema financeiro, destacam-se a centralidade do dólar, as instituições financeiras internacionais e os mecanismos de pagamentos, que também podem ser utilizados como instrumento de pressão econômica. No campo dos recursos naturais, a disputa envolve petróleo, gás, lítio, cobre, terras raras, água e outros insumos fundamentais para a produção industrial e a transição energética. Já o domínio da informação está cada vez mais concentrado nas grandes plataformas digitais, nos fluxos de dados e na infraestrutura global de comunicação. No plano militar, Estados Unidos e aliados mantêm posição de destaque, sustentada por uma ampla rede de bases e alianças estratégicas, capacidade logística e superioridade tecnológica.

Nessa perspectiva, o poder internacional não depende apenas de quanto um país produz, depende também de quem controla os cinco monopólios identificados pelo economista Amin, a saber: as tecnologias fundamentais, os sistemas financeiros, as cadeias de circulação, os recursos naturais estratégicos, a infraestrutura de informação e os meios militares necessários para impor ou defender determinados interesses. Dito de outro modo, esses mecanismos poderiam ser organizados em cinco grandes monopólios: tecnologia, finanças, recursos naturais, informação e comunicação e poder militar.

Nas últimas décadas, a China deixou de ocupar posição subordinada nas cadeias produtivas e passou a disputar setores estratégicos da economia mundial. Ao mesmo tempo, ampliou a presença nas relações econômicas com países do Sul Global, por meio do comércio, dos investimentos e do financiamento de projetos de infraestrutura. Também surgiram iniciativas de comércio em moedas nacionais e mecanismos financeiros alternativos que procuram reduzir, ainda que parcialmente, a dependência dos circuitos tradicionais dominados pelo dólar.

Nesse contexto de crescente contestação à hegemonia econômica e política dos Estados Unidos, os instrumentos de coerção ganham maior importância na defesa de interesses estratégicos. Sanções econômicas, bloqueios financeiros, medidas jurídicas, restrições tecnológicas, pressões diplomáticas, controle da informação e fortalecimento de alianças militares passam a ser utilizados de forma cada vez mais articulada.

A guerra envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã é um dos acontecimentos que melhor expressam essas contradições. O prolongamento do conflito demonstra que a superioridade militar estadunidense não garante necessariamente uma solução política rápida. Ao mesmo tempo, sanções, bloqueios e ataques à infraestrutura econômica ampliam as dificuldades enfrentadas pela população iraniana e repercutem internacionalmente.

O Estreito de Ormuz, uma das principais rotas mundiais de transporte de petróleo e gás, tornou-se uma peça central do conflito. As restrições à circulação comercial e a

pressão sobre os preços internacionais do petróleo afetam os custos de produção e transporte, com consequências para os fertilizantes, os alimentos e a inflação. Dessa forma, os custos econômicos da guerra ultrapassam os países diretamente envolvidos e se manifestam nos preços dos combustíveis e alimentos, nas despesas de transporte, nas taxas de juros e nas pressões sobre os orçamentos públicos.

Recentemente, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) divulgou o índice de preços dos alimentos, que subiu 1,5% em setembro de 2026, acumulando alta de 5,8% em 12 meses. Os cereais registraram elevação de 5,1% no mês, com destaque para o trigo (6,3%) e o milho (5,6%). Além dos problemas de oferta e das dificuldades logísticas na região do Mar Negro, a FAO destaca que as incertezas sobre o transporte marítimo pelo Estreito de Ormuz mantêm elevadas as preocupações com os custos dos combustíveis, fertilizantes e fretes, pressionando os preços internacionais, especialmente de produtos como o milho, também utilizado na produção de biocombustíveis. Assim, os conflitos geopolíticos aumentam o risco de encarecimento dos alimentos, pressionando a inflação e o poder de compra dos trabalhadores.

Nos países do Sul Global, esses impactos podem ser ainda mais intensos, dado que economias dependentes da importação de energia e fertilizantes, com moedas mais vulneráveis, elevado endividamento e menor capacidade fiscal, dispõem de menos instrumentos para absorver esses choques.

No caso brasileiro, recoloca-se um problema histórico: as transformações em curso podem abrir novos espaços de negociação e diversificação das relações internacionais, mas também podem aprofundar dependências antigas e produzir novas formas de subordinação. O resultado dependerá menos da simples existência de diferentes polos de poder e mais da capacidade do país de transformar essa nova conjuntura em soberania produtiva, tecnológica, energética e financeira.

A reconfiguração da ordem mundial pode, portanto, abrir oportunidades para um desenvolvimento mais autônomo, mas também produzir novas formas de subordinação econômica e política. É nesse contexto internacional que se insere a disputa política brasileira. O fortalecimento de setores alinhados às orientações econômicas e geopolíticas dos Estados Unidos pode influenciar as escolhas nacionais sobre desenvolvimento, política externa, atuação do Estado e a garantia dos direitos sociais. Entretanto, essa relação não é automática e depende das disputas políticas e sociais internas.

As eleições de 2026 e os riscos aos direitos constitucionais

O resultado do primeiro turno das eleições gerais, realizada em 4 de outubro, indicam uma mudança importante na correlação de forças políticas no Brasil, especialmente no Congresso Nacional. O avanço da extrema direita sobre setores da direita tradicional, chamado de “centrão”, com o crescimento da representação parlamentar do Partido Liberal (PL) e a ampliação da presença de forças reacionárias no Senado, pode criar um cenário de maior dificuldade para a defesa e ampliação de direitos trabalhistas e sociais.

Essa tendência também se expressou na eleição presidencial, em que o candidato da extrema direita obteve cerca de 2,2 milhões de votos a mais que o atual presidente da República no primeiro turno. Nas disputas estaduais, 20 governadores foram eleitos nessa etapa, a maioria vinculada a forças políticas de direita e extrema direita, reforçando a presença desses setores nas diferentes esferas de governo.

Segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a Câmara dos Deputados apresentou a menor renovação desde a redemocratização, com pouco mais de 41%. Dos 438 parlamentares que disputaram a reeleição, 301 conseguiram renovar mandatos, o equivalente a aproveitamento de cerca de 68%.

Dos 513 deputados e deputadas eleitos, 212 não estavam no exercício do mandato na Câmara, mas já ocupavam cargos eletivos em outras esferas ou haviam exercido anteriormente mandato de deputado federal.

De acordo com o DIAP, as emendas parlamentares e os fundos eleitoral e partidário alteram profundamente a dinâmica das eleições. Os parlamentares que já exercem mandato dispõem de maior visibilidade, estrutura política, recursos financeiros e capacidade de comunicação com as bases, o que amplia as vantagens que eles têm na disputa eleitoral.

No Senado, se comparada com as eleições de 2018, em que também, como agora, estavam em disputa dois terços das cadeiras, a renovação caiu de 82% para 74%. Das 54 vagas disputadas, 27 serão ocupadas por atuais congressistas e outras 27 por pessoas que não exerciam mandato no Congresso.

O Partido Liberal (PL), por sua vez, que possuía 100 deputados, elegeu 121 representantes para a Câmara, formando a maior bancada da Casa desde a redemocratização. No Senado, o partido passará a contar com 29 senadores, diante dos 15 atuais. Dos 19 integrantes eleitos em 2026, três foram reeleitos e 16 assumirão o mandato pela primeira vez, sendo 10 deles deputados federais que passarão a senadores a partir de fevereiro de 2027.

Segundo a classificação política apresentada pelo DIAP, o Senado contará com 48 parlamentares identificados como extrema direita, quórum suficiente para aprovação de emendas constitucionais, por exemplo.

A representação parlamentar ligada ao movimento sindical, por sua vez, permaneceu praticamente estável, passando de 40 para 41 congressistas. O número continua bastante inferior ao registrado na legislatura de 2011 a 2015, quando havia 72 parlamentares vinculados ao movimento sindical.

A bancada empresarial apresentou redução, passando de 242 para 210 deputados. Entretanto, a diminuição numérica desse segmento não significa necessariamente redução da influência dos interesses empresariais sobre o Congresso, uma vez que a atuação do grupo não se restringe aos parlamentares formalmente identificados com o segmento. Esses interesses podem estar representados em diferentes partidos, frentes parlamentares e articulações políticas com capacidade de influenciar a agenda legislativa.

Esses resultados indicam uma mudança na composição e na correlação das forças políticas, com a ampliação da representação institucional da extrema direita e da capacidade que ela tem para influenciar as decisões legislativas. Esse cenário pode intensificar os conflitos entre o Congresso Nacional, o Poder Executivo e o Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente diante das pressões políticas sobre a atuação do Judiciário. Além disso, pode dificultar a aprovação de propostas de ampliação de direitos e favorecer iniciativas voltadas à flexibilização das relações de trabalho, à redução da atuação estatal e à restrição de despesas sociais.

Entretanto, a questão central não se limita ao número de parlamentares eleitos, mas aos efeitos da nova correlação de forças políticas sobre a formulação e a condução das políticas econômicas e sociais. Apesar da resistência de setores do Congresso Nacional à pauta, o que se viu foi a aprovação do fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho, após intensa mobilização nas ruas por parte dos trabalhadores e suas organizações.

A Constituição Federal de 1988, fruto do processo de redemocratização e de intensa participação e luta popular, consolidou um conjunto de direitos sociais e trabalhistas que permanecem no centro das disputas políticas. A preservação desses direitos não depende apenas da existência formal dessas garantias, mas também das condições políticas, econômicas e institucionais necessárias para implementá-los. Por isso, o fortalecimento parlamentar da extrema direita recoloca a discussão sobre os limites e as possibilidades de manutenção do pacto constitucional. Esse cenário também evidencia que a disputa pelos direitos não se restringe ao Parlamento. A capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores permanece fundamental

para influenciar as decisões políticas e preservar conquistas sociais. É nessa perspectiva que a análise das greves e das negociações coletivas oferece elementos importantes para a compreensão da conjuntura.

Greves e negociações coletivas: avanços e limites da ação sindical

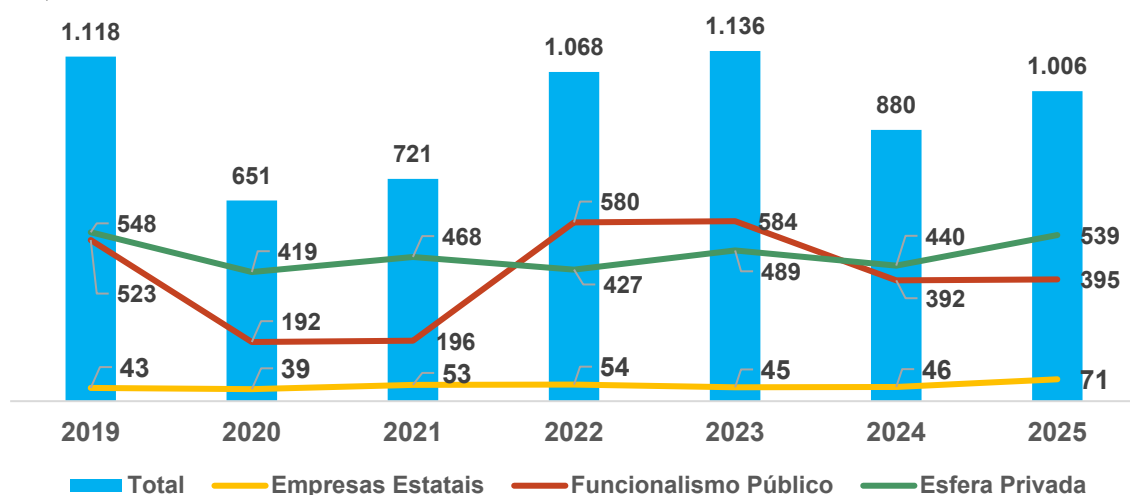
A evolução das greves entre 2019 e 2025 e os resultados das negociações coletivas de 2019 a 2026 revelam mudanças importantes nas condições de organização e na capacidade de ação coletiva da classe trabalhadora. O período compreende diferentes conjunturas econômicas e políticas, marcadas pelos efeitos da reforma trabalhista, pela pandemia de covid-19, pela deterioração do mercado de trabalho e, mais recentemente, pela recuperação do emprego, dos rendimentos e dos reajustes salariais negociados.

Os resultados mostram que a melhora das condições econômicas e a recuperação dos ganhos salariais não eliminaram os problemas estruturais das relações de trabalho no Brasil. Ao mesmo tempo em que as negociações coletivas passaram a registrar resultados mais favoráveis, as greves continuaram predominantemente defensivas, relacionadas à preservação de direitos e ao enfrentamento de condições precárias de trabalho.

As greves entre 2019 e 2025

Entre 2019 e 2025, o número total de greves no Brasil apresentou oscilações significativas, com queda acentuada entre 2020 e 2021, seguida de recuperação nos anos posteriores, período pós-pandêmico.

Quanto às categorias que reúnem maior contingente de trabalhadores, as paralisações do funcionalismo público apresentam trajetória irregular, com aumento expressivo em 2022 e 2023 e posterior recuo. As greves da esfera privada mantêm relativa estabilidade ao longo do período, com leves oscilações. Já nas empresas estatais, são registrados números inferiores e estáveis de paralisações, com discreto crescimento em 2025.

**Gráfico 1 - Quantidade de greves
Brasil, de 2019 a 2025**

Fonte: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

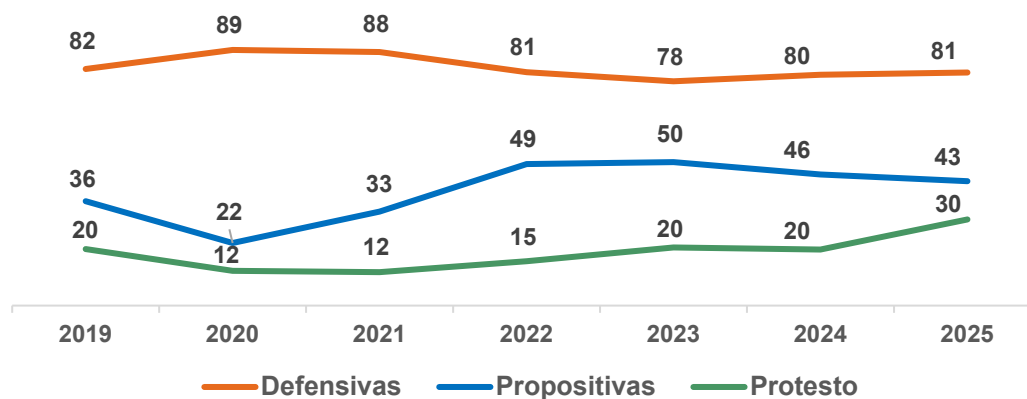
Quanto à abrangência, as greves podem ser classificadas em dois tipos: aquelas que envolvem categorias profissionais inteiras e, de outro lado, aquelas restritas a estabelecimentos - em empresas privadas ou em unidades do serviço público.

As greves realizadas em empresas/unidades predominam na maior parte do período considerado. Após atingirem o pico em 2020, diminuem até 2022, quando são menos frequentes que as greves de categoria, voltando a superá-las em 2023 e mantendo-se, posteriormente, em patamar elevado.

Em relação à pauta das greves, aquelas que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter propositivo. As greves denominadas defensivas caracterizam-se pela defesa de condições de trabalho, saúde e segurança e/ou por se posicionarem contra o descumprimento de direitos. Aquelas que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves em protesto (Gráfico 2).

As greves de caráter defensivo mantêm predominância de forma relativamente estável ao longo do período considerado. As greves propositivas, em patamar intermediário, apresentam oscilações acentuadas entre 2019 e 2022 - com queda inicial seguida de crescimento - e recuo moderado nos anos seguintes. Já as greves de protesto, embora menos frequentes, registram em 2025 um aumento expressivo.

Gráfico 2 - Caráter das greves (em %)
Brasil, de 2019 a 2025

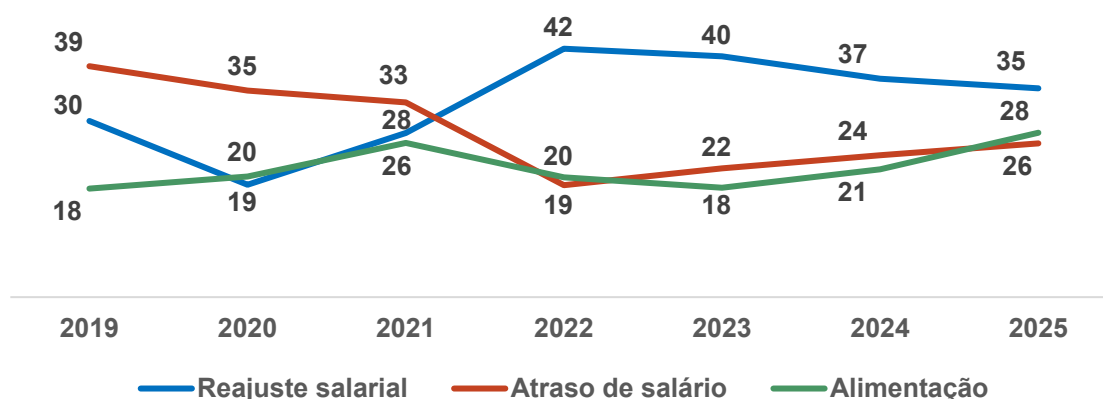


Fonte: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Greves motivadas pelo atraso no pagamento de salários são predominantes entre 2019 e 2021. A partir de 2022, há inversão dessa tendência, com as reivindicações por reajuste salarial passando a ocupar o patamar de maior frequência. Nos anos seguintes, contudo, a grande diferença entre as proporções das duas reivindicações, acentuada em 2022, passa a diminuir gradualmente, com queda contínua das demandas por reajuste salarial acompanhada pelo crescimento, também contínuo, das queixas relativas a salários em atraso. Por fim, reivindicações relacionadas à alimentação apresentam oscilações, com tendência geral de crescimento nos últimos anos do intervalo (Gráfico 5).

Gráfico 3
Principais reivindicações das greves (em %)
Brasil, de 2019 a 2025



Fonte: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

O ano de 2020 é crucial na dinâmica das greves, em função da sobreposição de crises de caráter político, econômico e sanitário, que favorece a intensificação dos ataques aos direitos dos trabalhadores, já em curso. Os anos seguintes testemunharam a aplicação de um receituário econômico baseado na ampliação das terceirizações, dos vínculos precários e das privatizações.

Nesse contexto, a greve torna-se, entre os trabalhadores, recurso acionado com frequência, mais precisamente entre aqueles que, nas atividades que realizam, deparam-se com riscos iminentes de precarização ou já em situações de precarização aberta, como, em especial, os trabalhadores do cuidado nos serviços públicos – profissionais da educação e da enfermagem; eletricitários e carteiros, nas empresas estatais; e terceirizados de todo o tipo, nas empresas privadas.

Acentuadamente defensivas, fragmentadas por estabelecimento e organizadas para terem duração por tempo indeterminado – as mobilizações dos trabalhadores devem continuar a ser postas em movimento nos próximos anos. Não apenas porque têm se defrontado com situações pontuais de descumprimentos legais e deterioração das condições do trabalho, mas porque a recorrência dessas situações revela, em geral, a implementação em curso de um projeto em que é o próprio bem-estar dos que trabalham que está posto, de modo central, em questão.

A recuperação dos resultados das negociações coletivas

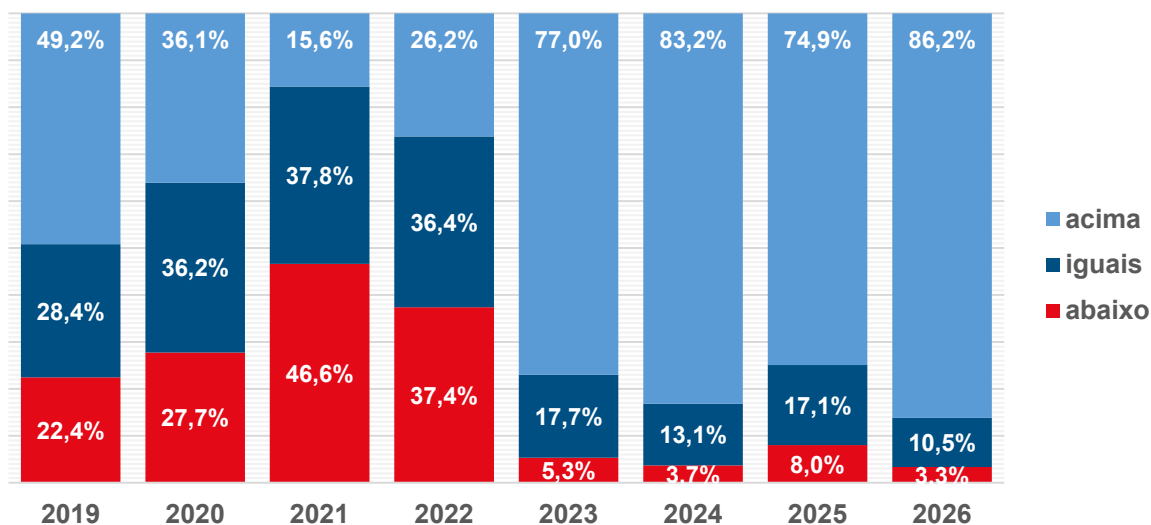
A análise dos instrumentos coletivos registrados no Sistema Mediador, do Ministério do Trabalho e Emprego, considerando-se apenas as negociações do setor

privado e de empresas estatais, revela um quadro de relativa estabilidade nos últimos quatro anos, em forte contraste com o comportamento observado no quadriênio anterior (2019-2022).

Entre 2023 e setembro de 2026, em torno de 80% dos reajustes salariais negociados resultam em ganhos reais quando comparados à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O menor patamar de reajustes com ganho real nesse período é registrado em 2025, com 79,4%, enquanto o maior ocorre em 2026, com 86,2% até setembro.

O contraste com o período anterior é expressivo. Durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022), menos da metade dos reajustes acordados em cada ano resulta em ganhos reais. Em 2021, no momento mais desfavorável da série, apenas 15,6% dos reajustes superam a inflação e cerca de 46,6% não a alcançam.

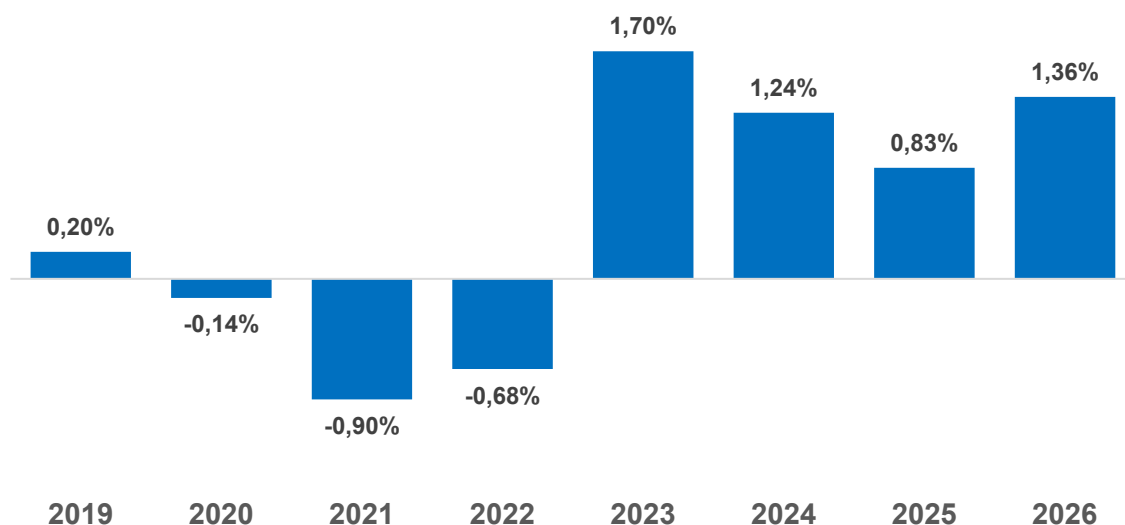
Gráfico 4 -Distribuição dos reajustes em relação à variação do INPC-IBGE, por ano Brasil, 2019-2026



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Mediador
Elaboração: DIEESE
Obs.: Dados de 2026 até a data-base setembro

A recuperação também é visível na variação real média dos reajustes. Entre 2020 e 2022, os resultados são predominantemente negativos, enquanto de 2023 a 2026 passam a apresentar ganhos reais, embora com oscilações. Em 2023, a variação real média alcança 1,70%; em 2024, atinge 1,24%; em 2025, 0,83%; e, em 2026, até setembro, chega a 1,36%.

Gráfico 5 - Variação real média dos reajustes em relação à variação do INPC-IBGE, por ano. Brasil, 2019-2026



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador

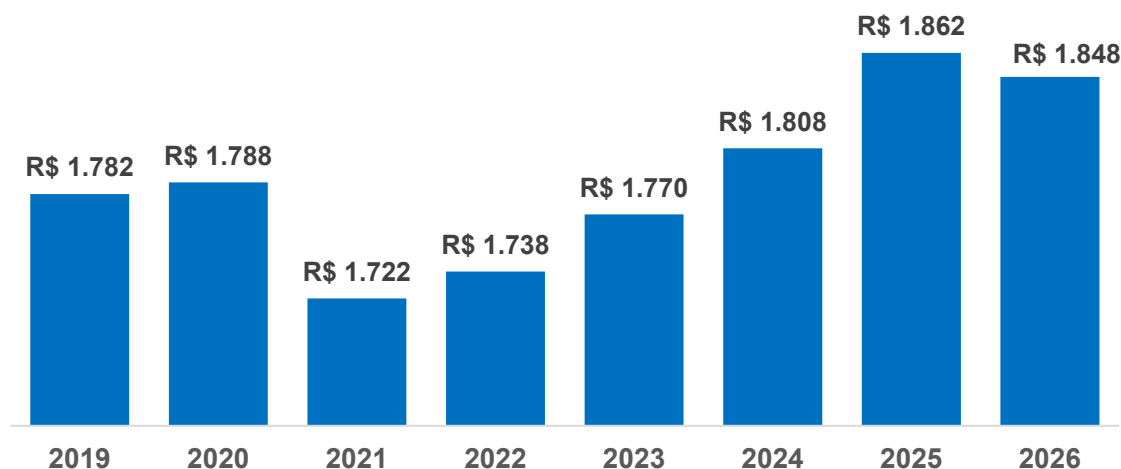
Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados de 2026 até a data-base setembro

A melhora dos resultados das negociações coletivas ocorre em um contexto de redução do desemprego, recuperação da renda e retomada da política de valorização do salário mínimo. Esses fatores podem ter contribuído para ampliar as possibilidades de negociação, embora os resultados dependam da capacidade de organização, mobilização e atuação dos sindicatos.

A evolução dos pisos salariais negociados, por exemplo, reforça a importância da política de valorização do salário mínimo. Quando a política foi interrompida, os pisos apresentaram relativa estabilidade nos primeiros anos e perderam valor real posteriormente, em um contexto agravado pelos efeitos da pandemia. A partir de 2023, com a retomada da valorização do salário mínimo e a melhora das condições do mercado de trabalho, os pisos negociados voltam a crescer.

Gráfico 6
Valor mediano dos pisos salariais atualizados até outubro de 2026, por ano
Brasil, 2019-2026



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador

Elaboração: DIEESE

Obs.: 1) Dados de 2026 até a data-base setembro. 2) Valores corrigidos para 1º de outubro de 2026 segundo variação do INPC-IBGE

Esses resultados refletem diferenças importantes. No período entre 2019 e 2022, o movimento sindical ainda busca se recuperar do golpe sofrido pela contrarreforma trabalhista de 2017, enfrenta o duplo desafio de combater o desmantelamento das políticas públicas - como a interrupção da valorização do salário mínimo - e os efeitos deletérios da pandemia da covid-19, em especial nos preços dos alimentos e no mercado de trabalho.

Nos últimos quatro anos, por contraste, há uma tentativa de retomada de políticas voltadas à geração de emprego e à redução das desigualdades, ainda que em um cenário de fortes restrições orçamentárias – seja pelo esvaziamento do poder do Executivo frente ao Congresso, seja pelos limites autoimpostos do arcabouço fiscal e da política monetária do Banco Central.

O retorno de um governo de extrema direita pode novamente dificultar os esforços de construção de uma economia autônoma e mais justa. Por outro lado, a recondução do presidente Luís Inácio Lula da Silva não é salvaguarda para a manutenção do quadro atual, dados os enormes desafios que enfrentará na nova conjuntura: um Congresso mais hostil, uma sociedade mais dividida, alianças regionais abaladas pelo crescimento das forças da extrema direita e, possivelmente, maior oposição do governo dos EUA.



Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente – José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Vice-presidente – Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Diretor Executivo – Ednilson Rossato

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva – Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto

Eliaana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

André Cardoso

Cristina Vieceli

Luís Ribeiro

Patrícia Pelatieri

Ricardo Tamashiro

Rodrigo Linhares

Thomaz Jensen